

DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADES DE GÊNERO:

As Transformações no Mercado de Trabalho de Pelotas e Rio Grande (RS)

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar e discutir a conformação das desigualdades de gênero no mercado de trabalho dos municípios de Pelotas e Rio Grande no período recente, tendo em vista as importantes transformações econômicas pelas quais vem passando a região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Nas sociedades modernas, a busca por direitos, igualdade e respeito às liberdades individuais têm orientado as lutas de diversos movimentos sociais, aí incluídos os movimentos feministas. Há várias décadas, as mulheres vêm ampliando sua participação no mercado de trabalho, o que tem representado um importante passo na conquista de autonomia e igualdade. Porém, os estudos de gênero no trabalho têm indicado que persistem importantes desigualdades no processo de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. Neste artigo, pretende-se problematizar, particularmente, os impactos do desenvolvimento econômico em âmbito regional sobre a configuração dessas desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho pode ser definido como um espaço social de trocas econômicas no qual se estabelece a relação de compra e venda de uma “mercadoria” muito especial, a “força de trabalho”. Logo, esse espaço de trocas não se apresenta tipicamente como um mercado de “trabalho”, mas como um mercado de “força de trabalho” em relações de assalariamento. A força de trabalho, no sentido proposto por Marx (1983), é uma capacidade humana de produzir, de trabalhar, uma potencialidade. O trabalho, por sua vez, é uma atividade humana destinada à produção e/ou distribuição de bens e serviços escassos necessários à reprodução da vida social e individual. Trabalho e força de trabalho, portanto, são realidades distintas. A “força de trabalho”, enquanto mercadoria, possui tanto um valor de uso, que é sua capacidade de trabalhar, de produzir, como um valor de troca¹ que se expressa nos seus preços de mercado, os

¹ *Para Marx, o valor de troca de uma mercadoria equivale à quantidade de trabalho necessário para produzi-la. Trata-se, neste caso, da quantidade de trabalho necessário para produzir os bens e serviços essenciais à reprodução do trabalhador em condições socialmente dadas.*

salários. A força de trabalho, na qualidade de mercadoria, é, pois, uma capacidade de trabalho que precisa ser convertida em trabalho propriamente dito durante o tempo em que permanece sob o comando do empregador, segundo uma jornada e um conjunto de condições previamente contratadas.

Segundo Offe (1989), o mercado de trabalho cumpre uma dupla função nas sociedades capitalistas. De um lado, ele contribui para distribuir e alocar as capacidades de trabalho segundo as necessidades das empresas. Por outro, ele proporciona aos trabalhadores e trabalhadoras os rendimentos necessários para que possam assegurar as condições necessárias à sua reprodução física e social. Para Offe, no entanto, a força de trabalho não é uma mercadoria como outra qualquer, tratando-se, na verdade, de uma mercadoria “fictícia”, uma vez que não pode ser produzida, distribuída e alocada como as demais mercadorias. A força de trabalho não pode ser isolada dos trabalhadores como pessoas e seres sociais, marcados por necessidades biológicas e psíquicas, bem como por vínculos sociais e afetivos. Sobre a força de trabalho não é possível ser aplicada plenamente a racionalidade econômica e estratégica aplicável às demais mercadorias e relações mercantis. Estabelece-se, por isso, uma relação muito desigual entre ofertantes e demandantes dessa mercadoria. Tal desigualdade social consiste num controle diferencial de recursos por parte desses agentes, de tal forma que os demandantes são capazes de impor condições mais favoráveis aos seus próprios interesses e objetivos. O que torna os ofertantes particularmente frágeis nessa relação, deve-se ao fato de que, ao venderem essa “mercadoria” força de trabalho, não só não podem “produzi-la” segundo a lógica do mercado e segundo uma estratégia puramente econômica - pois a reprodução humana exige um tempo biológico, sendo igualmente condicionada por fatores sociais, culturais e afetivos - como não podem garantir sua plena mobilidade, adaptando sua oferta às variações da demanda no espaço e no tempo. Os trabalhadores não podem simplesmente “estocar” sua força de trabalho como se estoca qualquer mercadoria à espera de preços mais favoráveis. Outras motivações de natureza sócio-cultural - a busca de independência ou realização profissional, por exemplo - e não apenas econômicas, também são decisivas na determinação do processo de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Para Offe, tais desigualdades, porém, não são apenas aquelas entre ofertantes e demandantes de força de trabalho, mas também aquelas entre os próprios ofertantes que se encontram em situação de competição mais ou menos aberta. Esses ofertantes não

constituem, pois, um agrupamento homogêneo, competindo em condições iguais e apresentando chances similares de obter um emprego. Ao contrário, são agentes que não só apresentam recursos desiguais quanto aos requisitos específicos do mercado de trabalho (escolarização, formação profissional, experiência de trabalho, etc.), mas, também, diferentes atributos “adscritícios” (não adquiridos) que, frequentemente, adquirem uma enorme importância no mercado de trabalho, tais como sexo, cor ou etnia, origem social, geração. Em outros termos, os empregadores, quando recrutam e contratam os trabalhadores, não levam apenas em consideração aquelas características adquiridas, mas também as “adscritícias”, preferindo uma força de trabalho mais ou menos jovem, homens ou mulheres, trabalhadores locais, estrangeiros ou migrantes, brancos ou trabalhadores de outra cor ou origem étnica. Assim, a partir do mercado de trabalho, configura-se um amplo espectro de desigualdades sociais, de tal forma que determinados grupos encontram-se mais frequentemente que outros em situação de vulnerabilidade social.

Neste artigo, pretende-se analisar, particularmente, como evoluíram, no período recente, as desigualdades de gênero no mercado de trabalho de Pelotas e Rio Grande, identificando como se configuram as situações de precariedade e vulnerabilidade e em que medida as transformações econômicas afetam positivamente ou negativamente essas desigualdades.

Pelotas e Rio Grande são municípios que se situam na região sul do Estado do Rio Grande do Sul e, por suas características econômicas específicas, atravessaram um longo período de forte crise econômica e de desestruturação do seu mercado de trabalho. No bojo da crise que assolou a sociedade brasileira ao longo dos anos 80 e que teve continuidade na década seguinte, com as políticas econômicas de abertura comercial e com o processo acelerado de reestruturação produtiva das empresas capitalistas, os municípios de Pelotas e Rio Grande testemunharam um forte crescimento do desemprego e da informalidade do trabalho, um intenso processo de queda do emprego industrial, bem como o crescimento da pobreza e dos problemas urbanos.

A partir dos anos 2000, com a reorganização da economia brasileira e retomada do crescimento econômico, a região e, particularmente, o município de Rio Grande, passaram a apresentar um crescimento econômico significativo, bem como uma melhoria em seus indicadores de mercado de trabalho. Esse processo foi capitaneado

tanto pelas políticas macroeconômicas que redinamizaram a economia nacional como por políticas e investimentos específicos realizados nesses municípios. Dentre esses investimentos, destaca-se o pólo naval de Rio Grande. Resultado de uma política industrial mais ampla de retomada e descentralização da indústria naval brasileira, esses investimentos no pólo naval tiveram um impacto econômico muito forte sobre o município de Rio Grande e, particularmente, sobre o seu mercado de trabalho, uma vez que o volume de empregos industriais vem crescendo enormemente no município, sobretudo nos últimos anos. Esse município também vinha ganhando participação na economia gaúcha tendo em vista a estruturação de sua economia em torno do complexo industrial-portuário. Rio Grande tem o principal porto marítimo do sul do Brasil, importante fator para o escoamento da produção industrial e agrícola do Rio Grande do Sul, um Estado marcado por sua forte produção no setor primário e pela exportação das matérias-primas agrícolas.

Pelotas, por outro lado, que no século XIX foi o centro econômico mais importante do Estado do Rio Grande do Sul devido à sua economia do charque, apesar de ter perdido essa posição dominante ao longo do processo de industrialização pesada da sociedade brasileira, sempre teve sua economia fortemente alicerçada na agroindústria tradicional e nas atividades de serviço. Se, por um lado, a crise econômica dos anos 80 e 90 colocou em xeque esses segmentos econômicos, sobretudo a tradicional agroindústria alimentícia, provocando desindustrialização e desemprego industrial elevado, por outro, o município continuou sendo um forte e importante centro econômico em serviços, aglutinando importantes atividades no comércio atacadista e varejista, nos serviços financeiros, na administração pública, bem como nos serviços sociais de educação e saúde.

Nestes termos, indaga-se qual tem sido o impacto sobre o mercado de trabalho - e, particularmente, na configuração de suas desigualdades de gênero - das transformações econômicas ocorridas nesses municípios ao longo da década de 2000, em especial em Rio Grande, onde o crescimento foi mais acelerado. O crescimento econômico melhorou os principais indicadores do mercado local de trabalho? A melhoria desses indicadores teve um impacto positivo sobre as desigualdades de gênero? Como evoluiu o processo de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho?

Para responder a essas questões pretende-se mobilizar um amplo conjunto de dados, principalmente de natureza estatística. Primeiramente, pretende-se dimensionar as transformações econômicas da região e dos dois municípios investigados, analisando alguns indicadores de desenvolvimento econômico tais como o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB per capita e o Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial. Num segundo momento, pretende-se analisar os indicadores de mercado de trabalho produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística através dos Censos demográficos de 2000 e 2010. Os dados do Censo demográfico de 2000 constituem um bom ponto de partida para diagnosticar os resultados de um longo período de crise econômica e de desestruturação do mercado local de trabalho. Os dados do Censo demográfico de 2010, pelo mesmo motivo, constituem uma boa referência para identificar o impacto inicial desse período de recuperação e crescimento da economia brasileira ao longo dos anos 2000. Finalmente, a comparação entre os dois municípios permite avaliar as transformações no mercado de trabalho à luz de suas diferentes dinâmicas econômicas.

Este artigo está estruturado em duas partes. Na primeira, pretende-se discutir alguns aspectos teóricos sobre as diferentes modalidades de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, levantando e discutindo alguns conceitos e interpretações que vêm sendo propostos pelos estudos de gênero no trabalho. Na segunda parte, pretende-se, inicialmente, caracterizar as diferentes dinâmicas de crescimento econômico dos dois municípios estudados para, em seguida, apresentar e analisar mais detalhadamente um conjunto de indicadores de mercado de trabalho e suas especificidades em termos de gênero. Enfim, nas conclusões, pretende-se fazer um balanço da evolução das desigualdades de gênero nos mercados locais de trabalho ao longo da última década.

2. Mercado de trabalho, desenvolvimento e desigualdades de gênero

A perspectiva sociológica tem mostrado que o mercado de trabalho não é um espaço homogêneo, caracterizado pela plena liberdade, racionalidade e igualdade entre seus agentes que buscariam unicamente maximizar seus interesses individuais, conforme o modelo clássico do *homo economicus*. Trata-se, na verdade, de um espaço

social no qual se articulam um conjunto complexo de relações sociais, nele se produzindo e se reproduzindo diversos níveis de desigualdade social.

Como fizeram crer as teorias clássicas da modernização ao analisarem o processo de desenvolvimento das sociedades periféricas, tais desigualdades sociais não se configuraram efetivamente como resquícios de um passado tradicional que seria superado na medida em que o desenvolvimento industrial e capitalista avançasse. Subjacente a estas visões lineares e etapistas do processo de desenvolvimento histórico estava o pressuposto de que as sociedades modernas marchariam necessariamente rumo ao progresso, este abrangendo tanto a modernização econômica como a modernização cultural. Nessa perspectiva, as sociedades foram consideradas como entidades totalizantes e abstratas, negligenciando-se a história concreta e os conflitos internos entre seus agentes.

Ao longo do século XX, no curso concreto de desenvolvimento da sociedade brasileira e latino-americana, colocou-se em xeque essa concepção evolucionista, linear e ingênua do “progresso” social. A modernização capitalista nessas regiões mostrou-se um processo marcado por profundas desigualdades sociais, o suposto “subdesenvolvimento” não podendo mais ser atribuído à ausência de modernização, de industrialização e de avanço das relações capitalistas de produção. O próprio desenvolvimento capitalista mostrava ser um elemento produtor e dinamizador dessas desigualdades sociais, a modernização não podendo mais ser pensada como engendrando, necessariamente, a emancipação humana e a ampliação dos direitos e das liberdades individuais.

É nestes termos que se torna pertinente discutir o modo pelo qual se produzem as desigualdades sociais no mercado de trabalho, particularmente as desigualdades de gênero. As desigualdades sociais são aqui entendidas como configurações complexas de relações sociais que se articulam, operando-se tanto ao nível econômico, nas relações de apropriação e distribuição desigual do produto econômico entre os agentes sociais, como no nível sócio-cultural, a partir da apropriação e distribuição desigual de bens simbólicos e de reconhecimento pelos diversos grupos em suas relações (gênero, geração, cor/etnia, etc.). Essas relações são, a um só tempo, materiais e simbólicas, nutrindo-se mutuamente na produção das desigualdades sociais, na produção de uma ordem hierárquica, desejada ou não. Apesar, pois, dos ideais igualitários da modernidade e dos móveis puramente econômicos que orientariam a ação dos agentes

no mercado, como se poderia explicar a persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho?

As tentativas de explicar as desigualdades e os diferentes modos de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho esbarraram, freqüentemente, em argumentos puramente econômicos. Assim, das teorias econômicas às teorias da segmentação do mercado de trabalho (Pries, 2003), passando mesmo por algumas interpretações marxistas (Brumer, 1988), esses enfoques enfatizaram seja um suposto déficit de formação e qualificação profissional das mulheres, seja sua inserção secundária na condição de reserva de trabalho em conjunturas de expansão capitalista e ampliação dos mercados. No entanto, na medida em que as mulheres consolidaram de forma estável sua posição no mercado de trabalho, na medida em que uma nítida divisão sexual do trabalho foi se estruturando no âmbito do mundo profissional e na medida, ainda, que as mulheres passaram a investir mais intensamente em sua formação escolar e profissional, essas interpretações foram sendo postas em xeque.

Nas ciências sociais, os estudos de gênero têm fornecido ferramentas teóricas importantes para compreender a produção dessas desigualdades de gênero e o processo diferencial de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. A crítica feminista às categorias androcêntricas e supostamente neutras das ciências sociais forjaram, através do conceito de gênero, a ideia de que essas diferenças não podem ser atribuídas nem a uma simples determinação biológica, nem a uma determinação em termos puramente econômicos. Tais desigualdades são interpretadas como o resultado de uma construção social, histórica e cultural. As relações de gênero, pois, são o produto de um processo histórico que passa tanto pela formação e transformação de papéis sexuais típicos, transmitidos e aprendidos no processo de socialização dos indivíduos segundo valores, regras e normas que diferenciam e hierarquizam os gêneros, como pelas lutas e conflitos sociais através dos quais se confrontam valores e práticas tradicionais com novas concepções e práticas em termos de gênero.

Algumas perspectivas feministas têm sublinhado com insistência a idéia de que ao se estabelecer uma “divisão sexual do trabalho” entre homens e mulheres, as relações de gênero não se cristalizam apenas em diferentes papéis sociais, mas em uma hierarquização entre o masculino e feminino. Hirata e Kergoat (2008) destacam que uma análise em termos de divisão sexual do trabalho deve levar em conta dois princípios organizadores: primeiramente, um princípio de separação, de distinção entre

o masculino e o feminino (*há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres*); em segundo lugar, um princípio de hierarquização entre essas categorias, de tal forma que *um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher* (Hirata & Kergoat, 2008, p. 266). Nestes termos, a divisão sexual do trabalho se transforma objetivamente ao longo da história, permanecendo, porém, a hierarquização que relega o feminino a uma condição “inferior”. Essas transformações da divisão sexual do trabalho ocorrem numa dinâmica social marcada pelas lutas e tensões dos atores sociais sexuados que procuram preservar/transformar as relações sociais entre as categorias de sexo.

Segundo as autoras, as relações de gênero, ao mesmo tempo, constituem um tipo particular de determinação das relações sociais que são atravessadas por um conjunto de outras determinações, de classe, de raça/etnia, de geração, etc. Nesses termos, as relações sociais são *coextensivas ou consubstanciais*, conforme os termos cunhados por Kergoat (2001, 2012), o que implica afirmar a autonomia relativa de cada tipo de relação social em situações concretas e evitar explicar os fenômenos em termos reducionistas que remetem a um princípio único de determinação, em nível econômico, por exemplo.

Se, em sociedades patriarcais, essa divisão sexual do trabalho, a hierarquização e a desigualdade entre os sexos são elementos institucionalmente integrados ao seu sistema político e ideológico, já nas sociedades modernas, nas quais os ideais igualitários constituem importantes forças sociais e políticas, essas desigualdades e hierarquias perdem gradativamente sua legitimidade, tendo em vista o próprio processo de luta das mulheres pelo seu reconhecimento como ser social dotado de direitos iguais. O problema, pois, consiste em explicar tais desigualdades a despeito dos valores igualitários e da recusa em se afirmar a superioridade ou a inferioridade de um ou outro sexo, de se reconhecer o preconceito e a discriminação. Em larga medida, a desigualdade social, neste caso, será produzida lá onde os atores sociais agem supostamente segundo móveis puramente econômicos. O que não significa que a desigualdade baseada no preconceito e na discriminação explícita não deixe de existir. Assim, conforme Bourdieu (1998), a dominação masculina vai assumir uma dimensão simbólica crucial, constituindo-se num processo de *naturalização*, de *des-historicização* das diferenças de gênero. Trata-se, neste caso, de compreender os mecanismos pelos quais o preconceito e a discriminação travestem-se num comportamento neutro e imparcial, normal e habitual.

É assim que o conceito de divisão sexual do trabalho, conforme sustentam Hirata e Kergoat (2003, 2008), tem um papel importante na explicação dessas desigualdades sociais. Em sociedades marcadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação econômica, essa divisão sexual do trabalho se expressa, num primeiro momento, como uma divisão entre “trabalho produtivo”, predominantemente masculino, mais valorizado, fonte de riqueza e poder, e “trabalho reprodutivo”, predominantemente feminino, menos valorizado, ligado às funções domésticas de cuidado, educação e socialização das crianças e dos demais membros do grupo familiar. Nas sociedades contemporâneas, transformam-se e rearticulam-se as relações entre essas esferas e a própria divisão sexual do trabalho. A inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho - o que vem sendo considerado como um importante fator de autonomia e liberdade para as mulheres, de igualdade, portanto - combina-se com as tradicionais responsabilidades no âmbito doméstico. Nesse sentido, os estudos de gênero têm mostrado que, no mercado de trabalho, as mulheres ocupam, predominantemente, as ocupações e profissões ligadas ao setor de serviços e às tarefas associadas às funções reprodutivas (emprego doméstico, serviços de educação, saúde, etc.) e às habilidades consideradas tipicamente femininas, inclusive na indústria. Esses estudos indicam, ainda, que elas estão sujeitas a condições de trabalho mais precárias e a níveis de retribuição salarial inferiores aos homens, mesmo quando ocupam atividades iguais. As mulheres não só recebem salários mais baixos, como também têm menor acesso às funções de comando e chefia.

Enfim, a divisão sexual do trabalho deslocou-se profundamente nas últimas décadas, principalmente em decorrência das lutas por maior igualdade. As mulheres conquistaram mais autonomia e independência com sua inserção no mundo profissional, ocupando lugares sociais que tradicionalmente eram masculinos. No entanto, sua inserção no mundo profissional continua balizada por uma típica divisão sexual do trabalho, pela atribuição prioritária às mulheres do trabalho e das responsabilidades domésticas. Tal fato se cristaliza tanto subjetivamente pela disposição das mulheres em assumir determinadas tarefas e papéis tipicamente femininos, aprendidos no espaço doméstico e menos valorizados - o que supõe a incorporação de um *habitus* de gênero - como objetivamente pelos constrangimentos resultantes dessas responsabilidades que entram em conflito com as exigências, as pressões e as condições acirradas de competição no trabalho profissional. O pleno investimento neste último encontra-se,

com frequência, limitado pelo primeiro, o que coloca as mulheres numa situação de desvantagem competitiva em relação aos homens. Os papéis sociais de mãe, esposa, dona de casa tornam-se decisivos, pois, na estruturação do processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, tanto do ponto de vista da estruturação de suas próprias escolhas, como do ponto de vista da estruturação das escolhas dos demais agentes econômicos, dos empregadores, por exemplo. É assim que, frequentemente, as mulheres são consideradas menos aptas a ocupar posições de mais responsabilidade e cuja retribuição monetária é mais elevada. Neste último caso, a discriminação de gênero manifesta-se não como afirmação de uma inferioridade social das mulheres, como nas sociedades patriarcais, mas como uma avaliação que estima a ausência de um atributo, de uma competência ou de uma disposição para o trabalho remunerado, tendo em vista os esquemas de percepção produzidos por essa divisão sexual naturalizadora do trabalho.

3. Transformações econômicas e desigualdades no mercado de trabalho de Pelotas e Rio Grande

As transformações econômicas pelas quais vem passando a região sul do Estado do Rio Grande do Sul ganham expressão, sobretudo, em dois municípios que se apresentam como pólos econômicos regionais, Pelotas e Rio Grande. Após um longo período marcado por baixo crescimento, inferior às médias nacional e estadual, a região e estes municípios vem crescendo a níveis significativos, mesmo que persistam importantes desigualdades intra-regionais (Vargas, 2012). Um conjunto de investimentos e políticas públicas nacionais bem como uma conjuntura macroeconômica favorável estiveram na raiz dessa retomada do crescimento ao longo dos anos 2000.

No entanto, Pelotas e Rio Grande não só concentram o crescimento econômico regional, como vem apresentando ritmos distintos de expansão de seu produto econômico. É nesse contexto que se pretende analisar a evolução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Antes, porém, pretende-se caracterizar melhor as diferentes dinâmicas de crescimento econômico dos dois municípios.

Comparando-se o crescimento econômico dos municípios de Pelotas e Rio Grande ao longo da década de 2000, conforme a Tabela 1, observa-se discrepâncias significativas. A partir dos indicadores econômicos publicados pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, é possível estimar que o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios de Pelotas e Rio Grande tenha sido de 13% e 75,7%, respectivamente, entre 2000 e 2010². Considerando-se que a média de crescimento da economia gaúcha tenha sido de 29% no mesmo período, constata-se que Pelotas cresceu muito abaixo da média estadual e Rio Grande muito acima.

Tabela 1 - Evolução de indicadores econômicos: PIB, Participação no PIB do RS, Variação real, PIB per capita, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.

Variáveis econômicas	Pelotas		Rio Grande	
	2000	2010	2000	2010
Produto Interno Bruto (R\$)	1.682.792.349	4.550.186.840	1.850.176.852	7.778.545.750
Participação no PIB RS (%)	2,057	1,802	2,261	3,081
Variação real 2000-2010 (%)	13,0		75,7	
PIB per capita (R\$)	5.171	13.882	9.870	39.434
PIB per capita Pelotas/Rio Grande (%)	52,4	35,2	-	-

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS.

Essa discrepância em termos de crescimento econômico se reflete na evolução da participação do PIB desses municípios no total do PIB estadual. O município de Pelotas diminui sua participação no PIB gaúcho, passando de 2,057%, em 2000, para 1,802%, em 2010. O município de Rio Grande, ao contrário, aumentou consideravelmente sua participação, passando de 2,261%, em 2000, para 3,081%, em 2010. O PIB de Pelotas, que correspondia a 91% do PIB de Rio Grande, em 2000, passa a corresponder a apenas 58,5%, em 2010. Essa diferença ainda vem se acentuando nos últimos anos.

As diferentes dinâmicas econômicas entre os dois municípios se expressam ainda mais agudamente quando se analisa a evolução do PIB per capita. Em 2000, o PIB per capita de Pelotas, de R\$ 5.171,00, em valor nominal da época, já correspondia a apenas 52,4% do PIB per capita de Rio Grande, de R\$ 9.870,00 naquele ano. Em 2010, o PIB per capita de Pelotas, de R\$ 13.882,00, passa a corresponder a 35,2% do PIB per capita de Rio Grande, de R\$ 39.434,00. Mais uma vez, esses indicadores de Pelotas estão abaixo da média estadual, enquanto os de Rio Grande estão bem acima dessa

² Estimativa calculada com base na evolução da participação do PIB municipal no PIB do Rio Grande do Sul e na taxa de variação do PIB do Rio Grande do Sul no período de 2000 a 2010.

média. O PIB per capita do Estado do Rio Grande do Sul passou de R\$ 7.978,00, em 2000, para R\$ 23.606, em 2010.

Analisando-se a evolução da estrutura setorial do produto econômico³ nos dois municípios, constata-se que, ao longo da década, não houve mudança significativa. Em Pelotas, o setor de serviços tem sido o carro chefe de sua economia, respondendo, em média, por mais de 76% do produto desse município ao longo da década. A indústria, por sua vez, não tem representado mais do que 20% da economia de Pelotas. Em Rio Grande, ao contrário, a indústria tem um peso muito maior na economia do município, representando, em média, ao longo da década, quase 40% do produto econômico municipal. Os serviços também têm um peso importante, em torno de 57%, em média, ao longo da década, não atingindo, porém, os mesmos patamares de Pelotas. Em ambos os municípios, a agropecuária tem um peso muito pequeno, não passando de 3 a 4% de suas economias.

As diferentes dinâmicas econômicas desses dois municípios, conforme identificadas acima, podem afetar decisivamente a evolução do mercado de trabalho e das desigualdades de gênero. Antes, porém, de analisar mais detidamente os mercados locais de trabalho, veja-se a seguir as características demográficas dos dois municípios.

Segundo os censos demográficos do IBGE, conforme a Tabela 2, a população residente do município de Pelotas passou de 323.158 habitantes, em 2000, para 328.275, em 2010, o que significou um crescimento de apenas 1,6%. Durante esse período, a taxa de urbanização da população do município se manteve estável, acima dos 93%. Já a população residente do município de Rio Grande passou de 186.544 habitantes, em 2000, para 197.228, em 2010, o que corresponde a um crescimento de 5,7% no referido período. Trata-se de uma taxa de crescimento mais elevada do que aquela observada em Pelotas. A taxa de urbanização da população riograndina, de 96%, também se manteve estável no período.

Tabela 2 - População residente por situação de domicílio, Pelotas e Rio Grande, 2000 e 2010.

Condição de domicílio	Pelotas				Rio Grande			
	2000		2010		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Urbana	301.081	93,2	306.193	93,3	179.208	96,1	189.429	96,0
Rural	22.077	6,8	22.082	6,7	7.336	3,9	7.799	4,0
Total	323.158	100,0	328.275	100,0	186.544	100,0	197.228	100,0

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

³ Estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial.

Em ambos os municípios, a população feminina tem se mostrado maior que a masculina. Em 2010, as mulheres representavam 53% da população residente do município de Pelotas e 51,8% do município de Rio Grande. Ocorreu um pequeno crescimento dessa participação em relação ao ano 2000. Naquele ano, as mulheres representavam 52,5% da população residente de Pelotas e 51,5% da população de Rio Grande.

Quanto à taxa de atividade da população, isto é, a proporção da população economicamente ativa em relação ao total da população em idade ativa, conforme a Tabela 3, observa-se que a mesma se manteve relativamente estável no período, em torno de 56%, em Pelotas, e de 52%, em Rio Grande, com tendência de crescimento neste último município e tendência de redução naquele. Em Pelotas, a população economicamente ativa passou de 152.095 pessoas, em 2000, para 161.707, em 2010, o que representou um crescimento de 6,3%. Em Rio Grande, a população economicamente ativa passou de 80.751 pessoas, em 2000, para 90.004, em 2010, o que representou um crescimento de 11,5%.

Tabela 3 - População Economicamente Ativa (PEA), Participação por sexo e Taxa de Atividade, total e por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000 e 2010.

Município Variáveis de Atividade	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
PEA Pelotas	152.095	161.707	85.246	86.700	66.849	75.007
Participação por sexo	100,0	100,0	56,0	53,6	44,0	46,4
Taxa de atividade	56,2	56,0	67,3	64,7	46,5	48,4
PEA Rio Grande	80.751	90.004	48.382	50.652	32.369	39.353
Participação por sexo	100,0	100,0	59,9	56,3	40,1	43,7
Taxa de atividade	52,2	52,5	65,1	61,8	40,3	43,9

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Constata-se, neste caso, que o crescimento da população economicamente ativa é muito mais alto em Rio Grande do que em Pelotas, o que reflete as diferentes dinâmicas de suas economias e de seus mercados locais de trabalho. Vale observar, no entanto, que as taxas de atividade em Pelotas são mais altas do que as de Rio Grande.

Analisando-se a evolução da composição da população economicamente ativa por sexo, constata-se que a participação das mulheres cresceu durante o período. Em Pelotas, essa participação passou de 44%, em 2000, para 46,4%, em 2010. Em termos absolutos, a população ativa feminina passou de 66.849, em 2000, para 75.007, em

2010, o que representou um crescimento de 12,2%. Entre os homens, esse crescimento foi de apenas 1,7%, a população ativa masculina passando de 85.246, em 2000, para 86.700, em 2010.

Em Rio Grande, a participação das mulheres subiu de 40,1%, em 2000, para 43,7%, em 2010. A população feminina ativa passou de 32.369, em 2000, para 39.353, em 2010, o que representou um crescimento de 21,6%. Já entre os homens, essa taxa de crescimento foi de apenas 4,7%, a população ativa masculina passando de 48.382, em 2000, para 50.652, em 2010.

Constata-se, pois, que, em Rio Grande, os níveis de crescimento da população ativa feminina não só são bem mais altos que os dos homens, mas são, igualmente, mais elevados que os de Pelotas. A dinâmica econômica do município parece favorecer fortemente o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Vale ressaltar, no entanto, que essa participação é ainda mais baixa em Rio Grande do que em Pelotas, mesmo que essa diferença tenha caído ao longo da década.

Quanto às taxas de atividade de homens e mulheres (isto é, a proporção de ativos no total da população em idade ativa por sexo), observa-se, igualmente, uma mudança significativa ao longo da década. A taxa de atividade feminina cresceu no período, passando, em Pelotas, de 46,5%, em 2000, para 48,4%, em 2010. Por outro lado, a taxa de atividade masculina diminuiu no referido período, passando, em Pelotas, de 67,3%, em 2000, para 64,7%, em 2010. Em Rio Grande, segue-se a mesma tendência. A taxa de atividade feminina cresceu no período, passando de 40,3%, em 2000, para 43,9%, em 2010. Já a taxa de atividade masculina caiu, passando de 65,1%, em 2000, para 61,8%, em 2010.

Todos esses indicadores revelam, enfim, que cresceu a participação das mulheres no mundo do trabalho em âmbito regional. Ainda assim, constata-se que as taxas de participação masculinas ainda são muito mais altas que as femininas, o que vem sendo atribuído, pela literatura especializada, à maior proximidade das mulheres ao trabalho e às responsabilidades no espaço doméstico. Estatisticamente, esta situação se cristaliza em taxas mais elevadas de inatividade econômica. Neste sentido, essas taxas de atividade mais elevadas entre os homens refletem o fato de que os papéis masculinos se constroem mais maciçamente em torno do espaço profissional e econômico, guardando maior distância com o trabalho e as responsabilidades domésticas. Apesar de

sua redução ao longo da década, a desigualdade de gênero em termos de participação na atividade econômica mantém-se significativa.

Analisando-se a evolução da população ocupada nos dois municípios ao longo da década, constata-se, inicialmente, conforme a Tabela 4, que houve um crescimento significativo desse contingente de trabalhadores, em níveis superiores ao crescimento demográfico da população e do crescimento da população ativa, o que é um indicador geral de melhoria do mercado local de trabalho que acarreta redução dos níveis de desemprego. Em Pelotas, a população ocupada passou de 125.768 pessoas, em 2000, para 149.472, em 2010, o que representou um crescimento de 18,8%. Em Rio Grande, essa população passou de 65.363 pessoas, em 2000, para 82.230, em 2010, com um crescimento de 25,8%. Mais uma vez, o crescimento desse indicador no município de Rio Grande é mais elevado que em Pelotas, o que pode ser atribuído a especificidade da economia daquele município, marcada por um crescimento mais expressivo.

Tabela 4 - População Ocupada (PO), participação por sexo e taxa de variação, total e por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000 e 2010.

Municípios Variáveis de Ocupação	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
PO Pelotas	125.768	149.472	72.843	81.815	52.925	67.657
Participação por sexo (%)	100,0	100,0	57,9	54,7	42,1	45,3
Variação 2000-2010 (%)	18,8		12,3		27,8	
PO Rio Grande	65.363	82.230	40.703	47.434	24.661	34.796
Participação por sexo (%)	100,0	100,0	62,3	57,7	37,7	42,3
Variação 2000-2010 (%)	25,8		16,5		41,1	

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Nota-se, ao mesmo tempo, que esse crescimento da população ocupada ocorreu principalmente entre as mulheres. Em Pelotas, o crescimento da população ocupada feminina foi de 27,8% no referido período, contra apenas 12,3% de crescimento da população ocupada masculina. Em Rio Grande, o crescimento da população ocupada feminina foi de 41,1%, contra 16,5% da população ocupada masculina. Esses dados revelam, num primeiro momento, que as mulheres foram mais beneficiadas que os homens pelo crescimento, uma vez que entre elas o crescimento dos níveis de ocupação ao longo da década é mais elevado. Observa-se, ao mesmo tempo, que esses níveis mais elevados de expansão da ocupação feminina são ainda mais marcantes em Rio Grande do que em Pelotas.

Analisando-se a composição da população ocupada por posição na ocupação, conforme a Tabela 5, constata-se que houve, no período, um crescimento da participação dos empregados na estrutura ocupacional - isto é, daqueles trabalhadores inscritos nas relações assalariadas - bem como uma redução da participação dos trabalhadores autônomos, por conta própria. É na categoria dos empregados que se concentram os trabalhadores mais protegidos, assim como é entre os trabalhadores por conta própria que se concentram as ocupações mais precárias.

Tabela 5 - Distribuição da população ocupada segundo a posição na ocupação do trabalho principal, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.

Posição na ocupação	Pelotas		Rio Grande	
	2000	2010	2000	2010
Empregados	62,5	67,6	68,4	73,6
Com carteira de trabalho assinada	39,4	44,9	41,5	48,0
Militares e funcionários públicos estatutários	5,9	7,2	7,2	8,4
Sem carteira de trabalho assinada	17,2	15,6	19,7	17,1
Trabalhadores domésticos	8,9	8,0	6,6	6,8
Sem carteira de trabalho assinada	4,2	4,3	3,6	4,1
Conta própria	29,1	26,4	26,2	22,2
Não contribuintes da previdência	18,9	16,5	17,7	13,1
Empregadores	3,3	2,6	2,8	1,9
Não contribuintes da previdência	0,6	0,5	0,5	0,4
Não remunerados	4,1	1,8	2,1	1,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0,9	1,5	0,4	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2000 e 2010.

Em Pelotas, a participação dos empregados na estrutura ocupacional passou de 62,5%, em 2000, para 67,6%, em 2010. Em Rio Grande, essa participação passou de 68,4%, em 2000, para 73,6%, em 2010. Veja-se que, em Rio Grande, esses indicadores que medem o nível de assalariamento das relações de trabalho são sempre mais elevados do que em Pelotas, o que constitui um sintoma de um mercado de trabalho menos precário.

O crescimento do emprego assalariado ao longo do período é acompanhado também de um crescimento do emprego formal e protegido e de uma redução do emprego sem carteira de trabalho assinada. Neste particular, os indicadores de Rio Grande são sempre mais elevados que os de Pelotas, tanto do assalariamento protegido como do assalariamento desprotegido.

Observando-se, por exemplo, a evolução da participação dos empregos sem carteira de trabalho, constata-se que, em Pelotas, essa participação caiu de 17,2% para 15,5% do total dos ocupados. Em Rio Grande essa queda foi de 19,7% para 17,1%. Apesar de mais elevada, é possível notar que é maior a redução de participação dessa categoria mais precária de trabalhadores em Rio Grande. Essa diferença, porém, é muito pequena levando-se em conta a diferença de dinâmica econômica entre os dois municípios. O impacto do crescimento econômico não parece ser tão decisivo no sentido de provocar uma redução proporcional do emprego desprotegido. Vale considerar, do mesmo modo, que a redução da participação desses trabalhadores na estrutura ocupacional não anula o fato de que seu contingente é, ainda, muito expressivo. Em 2010, eram mais de 14 mil pessoas em Rio Grande e mais de 23 mil em Pelotas nessa situação de informalidade nas relações de trabalho assalariadas.

Analisando-se a evolução dessa categoria por sexo, conforme a Tabela 6, constata-se que essa informalidade é bem maior entre as mulheres do que entre os homens e que durante esse período sua redução é acentuada entre os homens e muito pequena entre as mulheres.

Tabela 6 – Participação relativa da população ocupada segundo a posição na ocupação do trabalho principal por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.

Posição na ocupação	Pelotas				Rio Grande			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Empregados	57,6	63,7	69,3	72,4	66,2	71,7	72,1	76,2
Com carteira de trabalho assinada	37,7	45,1	41,8	44,6	40,9	49,4	42,5	46,2
Militares e funcionários públicos estatutários	4,8	5,7	7,4	8,9	7,6	8,5	6,7	8,4
Sem carteira de trabalho assinada	15,1	12,9	20,1	18,9	17,8	13,8	22,9	21,6
Trabalhadores domésticos	0,9	0,7	19,9	16,8	0,7	0,5	16,2	15,2
Sem carteira de trabalho assinada	0,4	0,4	9,6	8,9	0,4	0,4	9,0	9,3
Conta própria	35,3	30,5	20,5	21,5	28,9	24,4	21,7	19,2
Não contribuintes da previdência	22,7	18,9	13,8	13,7	19,4	14,5	14,8	11,3
Empregadores	4,1	3,2	2,3	2,0	3,2	2,3	2,1	1,4
Não contribuintes da previdência	0,7	0,6	0,4	0,4	0,6	0,6	0,4	0,2
Não remunerados	2,2	1,2	6,7	2,5	1,3	0,7	3,6	1,7
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0,7	1,4	1,2	1,6	0,4	1,0	0,5	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Em 2010, no município de Pelotas, 18,9% das mulheres e 12,9% dos homens ocupados estavam nessa condição de emprego sem carteira. Em Rio Grande, eram

21,6% das mulheres e 13,8% dos homens. Percebe-se, pois, que as mulheres estão submetidas a uma maior precariedade entre os trabalhadores assalariados. Essa precariedade e desigualdade entre os sexos é, igualmente, maior em Rio Grande do que em Pelotas. Em 2010, as mulheres, inclusive, passaram a ter presença majoritária entre os empregados sem carteira. Tanto em Pelotas (54,7%) como em Rio Grande (53,3%), elas formavam mais da metade destes trabalhadores.

Neste sentido, as mudanças no mercado de trabalho e o aumento do emprego protegido na última década beneficiaram mais os homens do que as mulheres, principalmente no município de Rio Grande onde houve maior crescimento econômico. Ao longo da década, nesse município, o contingente de mulheres empregadas sem carteira no total da ocupação caiu de 20,1%, em 2000, para 18,9%, em 2010. Entre os homens essa queda foi bem mais acentuada, de 17,8% para 13,8% no referido período. Se, por um lado, constata-se que a precariedade no emprego baixou muito pouco entre as mulheres em termos relativos, por outro, vale registrar que houve, em termos absolutos, um aumento significativo do contingente de mulheres empregadas sem carteira de trabalho. Esse contingente aumentou de 5,6 mil para 7,5 mil mulheres. Entre os homens esse contingente baixou de 7,2 mil para 6,5 mil homens.

A maior parte das mulheres nessa situação de precariedade está inserida no emprego doméstico. Cerca de 95% dos empregados domésticos são mulheres e mais da metade dessas trabalhadoras não possuem a carteira de trabalho assinada. Em 2010, o emprego doméstico representava 8% do total da ocupação em Pelotas e 6,8% em Rio Grande. Do total das mulheres ocupadas, 16,8%, em Pelotas, e 15,2%, em Rio Grande, ocupavam um emprego doméstico naquele ano. De uma maneira geral, esses indicadores tiveram uma tímida melhoria ao longo da década, já que, em 2000, a participação do emprego doméstico no total da ocupação era um pouco mais alta. Naquele ano, 8,9% do total dos ocupados, em Pelotas, e 6,6%, em Rio Grande, eram empregados domésticos. Do total das mulheres ocupadas, 19,9%, em Pelotas, e 16,2%, em Rio Grande, ocupavam esse tipo de emprego em 2000.

Paralelamente ao crescimento do emprego assalariado, a participação dos trabalhadores por conta própria no total da ocupação caiu ao longo do período nos dois municípios. Em Pelotas, essa participação passou de 29,1%, em 2000, para 26,4%, em 2010. Em Rio Grande, essa queda foi de 26,2%, em 2000, para 22,2%, em 2010. Trata-se, igualmente, de um indicador positivo de melhoria do mercado local de trabalho,

dada a elevada precariedade entre esses trabalhadores. Em 2010, do total dos trabalhadores por conta própria, 62,5%, em Pelotas, e 59,1%, em Rio Grande, não contribuía para a previdência social. Esses índices de informalidade reduziram-se ao longo da década, já que, em 2000, eram 65,1% dos trabalhadores por conta própria, em Pelotas, e 67,3%, em Rio Grande, que não tinham essa contribuição.

Constata-se, pois, que houve uma desprecarização do mercado de trabalho nesse período, tanto no sentido de uma redução do trabalho autônomo como de um aumento dos seus níveis de contribuição previdenciária. Nota-se, igualmente, que a situação do município de Rio Grande é melhor que a de Pelotas. Naquele município, o aumento do nível de contribuição previdenciária entre os trabalhadores por conta própria foi muito mais acentuado que em Pelotas. No entanto, vale salientar que o tamanho dessa categoria na estrutura ocupacional bem como sua informalidade continuam muito elevados. São 24,7 mil trabalhadores por conta própria em Pelotas e 10,8 mil em Rio Grande situados à margem das proteções e direitos previdenciários.

Diferentemente da situação dos empregados, a participação nessa categoria é maior entre os homens do que entre as mulheres. Tanto em Pelotas como em Rio Grande, mais de 63% desses trabalhadores, em 2010, eram homens. Tal fato revela um tipo específico de precariedade, associada ao trabalho informal tradicional, que se conjuga no masculino. Trata-se de uma das manifestações da divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho.

Em 2010, no município de Pelotas, 30,5% dos homens e 21,5% das mulheres estavam inseridos nesse tipo de trabalho por conta própria. Em Rio Grande, 24,4% dos homens e 19,2% das mulheres estavam nessa condição ocupacional. Ao longo da década, a participação do trabalho por conta própria caiu significativamente entre os homens, tanto em Pelotas como em Rio Grande, já que, em 2000, 35,3% dos homens em Pelotas e 28,9% em Rio Grande estavam inseridos nesse tipo de ocupação. A situação das mulheres, porém, mostra-se um pouco diferente. Em Pelotas, aumentou a participação do trabalho por conta própria no total da ocupação feminina, já que, em 2000, essa participação era de 20,5%. Em Rio Grande, ao contrário, houve uma redução, mas muito menor do que entre os homens. Nesse município, em 2000, 21,7% das mulheres estavam inseridas nessa categoria ocupacional.

Quanto à proteção social do conjunto da população ocupada, conforme a Tabela 7, é possível constatar que, ao longo do período, houve uma elevação significativa nos

níveis de contribuição previdenciária, uma redução da precariedade do trabalho. Em Pelotas, a participação dos trabalhadores ocupados que contribuía para a previdência social subiu de 60,2%, em 2000, para 66,2%, em 2010. Já em Rio Grande essa participação passou de 63,1%, em 2000, para 70%, em 2010. Mais uma vez, a precariedade do trabalho em relação a esse quesito mostra-se mais elevada em Pelotas. Porém, ao longo do período, a elevação dos níveis de contribuição previdenciária em Rio Grande é apenas levemente superior ao de Pelotas. O forte crescimento econômico deste município não parece impactar tão fortemente a evolução desse indicador. Vale considerar, ainda, que, apesar dessa evolução positiva, essa precariedade continua alta. Em 2010, eram 50.025 ocupados em Pelotas e 24.635 em Rio Grande que se encontravam à margem do sistema de proteção social.

Tabela 7 - População ocupada por contribuição previdenciária e sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.

População ocupada	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Pelotas						
Contribuintes	60,2	66,2	60,2	67,0	60,2	65,2
Não contribuintes	39,8	33,8	39,8	33,0	39,8	34,8
Rio Grande						
Contribuintes	63,1	70,0	63,9	72,1	61,6	67,2
Não contribuintes	36,9	30,0	36,1	27,9	38,4	32,8

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Quando se examinam os dados em termos de sexo, observa-se que as desigualdades de gênero aumentaram ao longo do período, os homens beneficiando-se de maior proteção previdenciária que as mulheres. A situação nos dois municípios, porém, mostra-se um pouco distinta. Em Pelotas, a participação de homens e mulheres que contribuía para a previdência era idêntica em 2000, de 60,2%. Já em 2010, 67% dos homens e 65,2% das mulheres estavam nessa situação. Esse quadro de aumento da desigualdade de gênero é observado igualmente em Rio Grande. No entanto, nesse município, já havia uma diferença significativa entre homens e mulheres em 2000. Naquele ano, 63,9% dos homens e 61,3% das mulheres contribuía para a previdência social. Já em 2010, essa diferença de participação se acentua, 72,1% dos homens e 67,2% das mulheres contribuindo para o sistema de proteção previdenciária.

Analisando-se a composição da população ocupada por faixas de rendimento, conforme as Tabelas 8, constata-se que no período houve um aumento da participação

dos trabalhadores ocupados com baixos rendimentos e, correspondentemente, uma diminuição da participação dos trabalhadores com rendimentos mais elevados. Em Pelotas, a participação dos trabalhadores sem rendimento ou com rendimentos de até 1 salário mínimo mensal passou de 26,1% dos total dos ocupados, em 2000, para 34,1%, em 2010. Em Rio Grande, essa participação passou, no mesmo período, de 24,3% para 31,7%. Do mesmo modo, a participação dos trabalhadores ocupados com rendimentos de 10 salários mínimos ou mais caiu, em Pelotas, de 7,4%, em 2000, para 2,8%, em 2010. Em Rio Grande, essa participação caiu, no mesmo período, de 7,1% para 2,7%. Houve, pois, nos dois municípios, uma maior concentração da população ocupada na base da pirâmide salarial. Este fato pode ser atribuído ao aumento real do salário mínimo no período⁴, o que empurrou a base da pirâmide salarial para cima, sem alterar significativamente os salários mais elevados.

Tabela 8 - População ocupada por faixas de rendimento, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.

Faixas de rendimento	Pelotas		Rio Grande	
	2000	2010	2000	2010
Sem rendimento	5,6	3,7	3,3	2,6
Até 1 salário mínimo	20,5	30,4	21,0	29,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	28,6	37,4	27,6	36,5
Mais de 2 a 3 salários mínimos	12,5	11,2	12,0	12,3
Mais de 3 a 5 salários mínimos	13,2	8,4	15,0	9,6
Mais de 5 a 10 salários mínimos	12,1	6,2	13,9	7,2
Mais de 10 a 20 salários mínimos	5,0	2,1	5,1	2,0
Mais de 20 salários mínimos	2,5	0,7	2,1	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Em termos de sexo, conforme a Tabela 9, observa-se uma importante desigualdade entre homens e mulheres, estas últimas tendo maior participação nas faixas de rendimento mais baixas e menor participação nas faixas de rendimento mais altas. Esse padrão se mantém durante o período estudado. Em Pelotas, porém, há uma tendência de redução das desigualdades em todas as faixas salariais, diminuindo a participação das mulheres nas faixas mais baixas e aumentando nas faixas mais elevadas. Em Rio Grande, não há regularidade nessas mudanças. Observa-se um aumento de participação das mulheres nas faixas mais baixas, com exceção da faixa de 1 a 2 salários mínimos, na qual essa participação diminuiu. Por outro lado, nas faixas

⁴ Entre 2003 e 2010, o salário mínimo teve um aumento real de 53%, segundo o DIEESE (2010).

intermediárias e superiores, a participação feminina ora diminui ora aumenta, não configurando-se, como em Pelotas, uma nítida tendência de redução das desigualdades de gênero. Nesse sentido, o maior dinamismo da economia de Rio Grande não parece favorecer a redução das desigualdades de rendimento entre homens e mulheres. Ao contrário, parece desfavorecer, pois, em Pelotas, essas desigualdades apresentam uma tendência mais nítida de redução.

Tabela 9 - População ocupada por faixas de rendimento e sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.

Faixas de rendimento	Pelotas				Rio Grande			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Sem rendimento	3,5	2,8	8,6	4,7	2,2	1,8	5,0	3,7
Até 1 salário mínimo	14,9	24,4	28,2	37,8	15,6	21,1	29,9	40,2
Mais de 1 a 2 salários mínimos	28,3	39,1	29,1	35,3	26,0	38,1	30,4	34,2
Mais de 2 a 3 salários mínimos	14,3	13,0	10,0	9,0	13,5	15,1	9,5	8,6
Mais de 3 a 5 salários mínimos	15,6	9,7	10,0	6,9	17,6	11,4	10,7	7,2
Mais de 5 a 10 salários mínimos	13,9	7,4	9,5	4,6	16,5	9,2	9,7	4,4
Mais de 10 a 20 salários mínimos	6,2	2,8	3,2	1,3	6,0	2,4	3,5	1,5
Mais de 20 salários mínimos	3,2	0,9	1,4	0,4	2,6	0,9	1,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Quando se analisa a evolução do rendimento médio nominal de homens e mulheres no período, conforme a Tabela 10, observa-se ainda mais nitidamente a dimensão das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Em Pelotas, o rendimento médio feminino equivalia a 64% do rendimento médio masculino em 2000. Em 2010, essa relação aumenta para 66,3%. Trata-se, ainda, de uma elevada desigualdade entre homens e mulheres em termos de rendimento, ainda que se observe uma tendência de redução da mesma.

Tabela 10 – Rendimento médio nominal (em R\$) da população ocupada, por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.

Variáveis de rendimento	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Pelotas						
Rendimento médio	650,05	761,82	487,69	1.393,85	1.651,64	1.095,86
% rend. mulheres/homens	-	64,0%		-	66,3%	
Rio Grande						
Rendimento médio	675,03	778,95	506,22	1.393,01	1.646,06	1.067,31
% rend. mulheres/homens	-	65,0%		-	64,8%	

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Em Rio Grande, no entanto, o quadro é menos positivo. Ao longo do período, a evolução das diferenças de rendimento médio entre homens e mulheres mantém-se nos mesmos patamares, com uma leve tendência de agravamento das desigualdades. Nesse município, o rendimento médio das mulheres equivalia a 65% do rendimento médio masculino em 2000. Já em 2010, essa relação tem uma leve queda para 64,8%. O peso maior da setor industrial na economia de Rio Grande e o peso maior do setor de serviços em Pelotas está, provavelmente, na raiz desse fenômeno. Tal fato, porém, precisa ser melhor investigado.

Esse quadro de desigualdades entre homens e mulheres em termos de rendimento torna-se mais grave na medida em que se constata que as mulheres possuem níveis mais elevados de escolarização. Essa tendência já pode ser identificada no censo de 2000 e se acentuou ainda mais no censo de 2010. Tanto em Pelotas como em Rio Grande, as mulheres têm participação menor nas faixas de escolaridade mais baixas e participação maior nas faixas de escolaridade mais altas. Destaca-se, sobretudo, a participação feminina na população ocupada com nível superior completo. Nos dois municípios, tanto no censo de 2000 como no censo de 2010, as mulheres formavam a grande maioria dos trabalhadores com esse nível mais elevado de escolaridade. Esse dado sugere que o fato das mulheres receberem em média salários inferiores em relação aos homens não pode ser atribuído à sua deficiência em termos de formação e qualificação profissional.

Uma análise preliminar da distribuição setorial do emprego entre homens e mulheres permite constatar também uma clara e persistente divisão sexual do trabalho remunerado, nos termos propostos pelos estudos de gênero. Essa divisão sexual do trabalho se evidencia não apenas pela presença maciça das mulheres no emprego doméstico, uma das formas de ocupação mais precárias no mercado de trabalho. Ela se evidencia também através da presença majoritária das mulheres em setores da economia diretamente associados aos papéis tipicamente femininos de cuidar, educar, alimentar. Nestes termos, nos mercados de trabalhos estudados, em ambos os municípios e em ambos os anos focalizados, a presença feminina é amplamente majoritária na “educação”, nos “serviços sociais e na saúde”, em “outros serviços coletivos, sociais e pessoais”, além dos próprios “serviços domésticos”. Nota-se, igualmente, uma presença feminina significativa no setor “alojamento e alimentação”, além de uma forte presença

das mulheres, compartilhadamente com os homens, no “comércio”. Por outro lado, os homens têm uma forte presença na “agricultura” e na “indústria” em geral, destacando-se sua presença muito elevada na “construção civil”. Observa-se, também, uma forte presença masculina no setor de “transporte, armazenagem e comunicação”, na “administração pública, defesa e seguridade social”, nas “atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas”, nos serviços de “intermediação financeira”, bem como no “comércio”, de forma compartilhada com as mulheres. Esse conjunto de atividades masculinas, do mesmo modo que as femininas, estão muito associadas aos papéis tipicamente masculinos construídos em torno de atributos como a força, a resistência física, as habilidades técnicas, bem como com o prestígio elevado de muitas delas.

Finalmente, cabem algumas considerações sobre a evolução do desemprego em Pelotas e Rio Grande. Analisando-se a evolução da população desocupada nos dois municípios, conforme a Tabela 11, constata-se que houve uma redução significativa da mesma ao longo do período, o que é um importante indicador de desprecarização dos mercados locais de trabalho. Em Pelotas, a população desocupada diminuiu de 26.327 pessoas, em 2000, para 12.236, em 2010, uma redução de 53,5%. A taxa de desemprego, do mesmo modo, caiu de 17,3%, em 2000, para 7,6%, em 2010. Em Rio Grande o quadro não é diferente. A população ocupada caiu de 15.388 pessoas, em 2000, para 7.774, em 2010, uma redução de 49,5%.

Tabela 11 - População Desocupada (PD), Participação por sexo e Taxa de desemprego, por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000 e 2010.

Município Variáveis de Desemprego	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
População Desocupada Pelotas	26.327	12.236	12.403	4.886	13.924	7.350
Participação por sexo	100,0	100,0	47,1	39,9	52,9	60,1
Taxa de desemprego	17,3	7,6	14,5	5,6	20,8	9,8
População Desocupada Rio Grande	15.388	7.774	7.679	3.217	7.708	4.557
Participação por sexo	100,0	100,0	49,9	41,4	50,1	58,6
Taxa de desemprego	19,1	8,6	15,9	6,4	23,8	11,6

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

A taxa de desemprego caiu de 19,1%, em 2000, para 8,6%, em 2010. Ambos municípios são bastante beneficiados por essa conjuntura nacional de crescimento econômico e de expansão dos níveis de emprego da década de 2000. A dinâmica mais intensa de crescimento de Rio Grande não parece, no entanto, favorecer particularmente

esse município quando comparado com Pelotas. Nota-se que os indicadores de desocupação eram e continuam sendo levemente mais altos em Rio Grande, onde, inclusive, a taxa de redução da população desocupada mostra-se um pouco mais baixa. Este fato está associado às maiores pressões em direção à atividade econômica num contexto de maior aumento das oportunidades ocupacionais. Isto é, a elevação dos níveis de oferta de empregos pode acarretar também um maior ingresso da população na atividade econômica.

Quando se analisa esses indicadores de desocupação por sexo, constata-se que as desigualdades entre homens e mulheres são bastante elevadas. Ao longo do período, apesar da melhoria dos indicadores de mercado de trabalho, essas desigualdades se intensificaram. Primeiramente, é preciso considerar que apesar de serem minoria na população economicamente ativa, as mulheres são sempre maioria entre os desempregados, aumentando sua participação nessa população ao longo do período. Em Pelotas, elas passaram de 52,9% dos desocupados, em 2000, para 60,1%, em 2010. Em Rio Grande, do mesmo modo, essa participação subiu de 50,1%, em 2000, para 58,6%, em 2010. Em segundo lugar, observa-se que a redução da população desocupada, ocorrida no período, é menor entre as mulheres. Em Pelotas, enquanto a redução da população desocupada masculina é de 60,6%, a da feminina é de 47,2%. Em Rio Grande, igualmente, essa redução é, respectivamente, de 58,1% e 40,9%. Em terceiro lugar, as taxas de desemprego femininas não só são sempre mais altas que as masculinas, mas a distância entre as mesmas se acentua ao longo da década. Em Pelotas, a taxa de desemprego masculina cai de 14,5%, em 2000, para 5,6%, em 2010, enquanto a feminina cai, nesse mesmo período, de 20,8%, para 9,8%. Em Rio Grande, esse quadro é semelhante. A taxa de desemprego masculina cai de 15,9%, em 2000, para 6,4%, em 2010. Já a feminina cai de 23,8% para 11,6%. Para identificar com maior precisão a evolução dessa desigualdade, basta calcular a razão entre a taxa masculina e a taxa feminina. Em Pelotas, essa razão cai de 0,69 para 0,57 e em Rio Grande de 0,67 para 0,55. Ou seja, as taxas de desemprego masculinas reduzem seu tamanho em relação às taxas femininas. Enfim, pode-se afirmar que os homens são mais beneficiados pela redução do desemprego ao longo do período estudo, as desigualdades entre os sexos se acentuando.

4. Conclusões

Os mercados locais de trabalho dos municípios de Pelotas e Rio Grande passaram por importantes transformações ao longo da década de 2000. Tais mudanças são muito semelhantes entre os dois municípios, revelando que as diferentes dinâmicas econômicas tiveram um papel secundário na reconfiguração do mercado de trabalho. O ritmo mais intenso de crescimento econômico de Rio Grande parece não ter impactado tão profundamente o mercado de trabalho desse município a ponto de nele produzir um diferencial positivo em relação ao mercado de trabalho de Pelotas. Dadas as diferenças entre as economias desses dois municípios, já se observava, em 2000, significativas diferenças entre seus mercados de trabalho, Rio Grande apresentando indicadores mais favoráveis. Tais diferenças se mantiveram ao longo do período analisado, caracterizado por um amplo processo de desprecarização do trabalho. Ao contrário do que se poderia imaginar, tal desprecarização não foi mais acentuada em Rio Grande do que em Pelotas. Em termos de gênero, essas mudanças mostram-se, inclusive, bastante paradoxais. Veja-se, mais detalhadamente, os principais resultados das observações realizadas.

Primeiramente, observa-se que as transformações econômicas regionais provocaram um importante crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e de aumento das taxas de atividade feminina. Trata-se, pois, de uma redução das desigualdades em termos de participação no mercado de trabalho. Essa participação, porém, continua, ainda, bastante desigual, as taxas de atividade masculina mostrando-se bem mais elevadas que as taxas de atividade feminina. O maior crescimento econômico de Rio Grande favorece a redução dessas desigualdades, ainda que os níveis de participação das mulheres nesse município sejam historicamente inferiores aos de Pelotas.

Em segundo lugar, constata-se que houve um forte crescimento da ocupação durante o período, acima dos níveis de crescimento da população residente e da população ativa, o que tem como contrapartida uma enorme redução do desemprego. Trata-se, este, de um importante mecanismo de desprecarização do mercado de trabalho. Esse crescimento da ocupação foi mais acentuado entre as mulheres, o que se leva a concluir que elas foram mais beneficiadas do que os homens nessa conjuntura de crescimento e expansão do emprego. Em Rio Grande, esse crescimento foi ainda mais acentuado, sobretudo entre as mulheres.

Paradoxalmente, a forte expansão da ocupação feminina e a forte redução do desemprego não se refletem numa redução da desigualdade no desemprego. Ao contrário, as desigualdades no desemprego se acentuaram durante o período, aumentando a distância entre a vulnerabilidade de homens e mulheres nessa situação de privação de trabalho. Assim, durante o período, as mulheres aumentaram sua participação no desemprego e, além de possuírem taxas mais elevadas de desemprego que os homens, tais taxas se distanciam ainda mais durante o período analisado. Uma explicação adequada desse fenômeno exigiria um aprofundamento da investigação. No entanto, é possível estimar que essa maior vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho, essa maior proximidade com o desemprego, esteja associada tanto à sua condição mais precária no trabalho, maior instabilidade no emprego, como à sua maior proximidade com as responsabilidades domésticas, implicando níveis mais elevados de trânsito entre atividade e inatividade econômica. A divisão sexual do trabalho está na base desse processo, não só pela presença mais elevada das mulheres na inatividade econômica, mas, também, pela divisão sexual do trabalho remunerado. Viu-se que, nele, as mulheres se inserem nas ocupações mais tipicamente femininas. Essas ocupações são, em geral, menos valorizadas e menos remuneradas, além de serem mais instáveis.

Quanto ao desemprego, vale ressaltar ainda que no mercado de trabalho de Rio Grande, as taxas de desemprego, em geral, e as femininas, em particular, são mais elevadas do que aquelas de Pelotas. A dinâmica econômica específica desse município não parece favorecer particularmente as mulheres no sentido de uma maior redução do desemprego feminino em relação a Pelotas. Ao contrário, parece desfavorecer, uma vez que, em Rio Grande, mais do que em Pelotas, aumentou bastante a participação das mulheres no desemprego, comparativamente com os homens.

Quando se analisa as transformações das características da ocupação ao longo do período, identifica-se outros aspectos paradoxais. Constata-se, por exemplo, um importante crescimento do emprego protegido e uma correspondente redução do emprego e das ocupações desprotegidas, informais. Trata-se, também aqui, de um importante fator de desprecarização do trabalho ao longo do período. No mercado de trabalho de Rio Grande essa desprecarização é maior, mas a diferença entre os dois municípios é muito pequena, já que Rio Grande possui, desde o passado, um mercado de trabalho menos precário que o de Pelotas. Logo, o crescimento econômico mais

acelerado desse município não parece beneficiar seu mercado de trabalho de maneira acentuada quanto a esse processo de desprecarização.

Quando se compara a situação de homens e mulheres, constata-se, igualmente, que os homens foram mais beneficiados que as mulheres por esse processo de desprecarização, particularmente em Rio Grande. A dinâmica econômica desse município parece desfavorecer as mulheres nesse quesito, pois aumentam as desigualdades de gênero quanto aos níveis de proteção social e previdenciária.

Essas desigualdades são igualmente importantes quando se leva em consideração o rendimento de homens e mulheres no mercado de trabalho. Os rendimentos médios femininos são bem mais baixos que os rendimentos médios masculinos. Ao mesmo tempo, as mulheres tem maior participação nas faixas mais baixas de remuneração e reduzem essa participação nas faixas mais elevadas, mesmo que, em média, possuam níveis mais elevados de escolarização, principalmente na categoria de nível superior. Essas desigualdades são igualmente observáveis nos dois municípios. Porém, se, em Pelotas, há um indício de redução das mesmas no período, em Rio Grande, ela parece se manter e até mesmo se acentuar. Mais uma vez, a dinâmica econômica específica desse município não se apresenta como um fator favorável à redução das desigualdades de gênero. Ao contrário, os indícios são de que essas desigualdades aumentam. O maior peso do setor industrial na economia de Rio Grande e a presença majoritária de homens nesse setor é, provavelmente, um fator decisivo no aumento dessas desigualdades. Tal fato, porém, deve merecer uma investigação mais profunda.

5. Referências

ANTUNES, Ricardo (Org.) **A Dialética do Trabalho. Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine**. Paris: Seuil, 1998.

BRUMER, Anita. O sexo da ocupação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Nº 8. São Paulo, Vértice/ANPOCS, p. 20-38, 1988.

DIEESE. **Mercado de Trabalho no Brasil: Evolução Recente e Desafios**. 2010.

Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/ped/mercadoTrabalhoEvolucaoDesafiosApresentacao2010.pdf>

Acesso em: 9 março 2012.

- HIRATA, H. & KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, H. e MARUANI, M. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho.** São Paulo: Editora Senac, 2003. p.111-123.
- HIRATA, H. & KERGOAT, D. Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: quel renouvellement de l'épistemologie du travail? In: DURAND, J.P. et LINHART, D. (Sous la direction de). **Les ressorts de la mobilisation au travail.** Octarès Editions/Le travail en débats, série Colloques et Congrès, 2005. p. 288-298.
- HIRATA, H. & KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A., SORJ, B., BRUSCHINI, C., HIRATA, H. (Org.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.263-278.
- KERGOAT, Danièle. Le rapport social de sexe. De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: **Actuel Marx.** N° 30. Paris, Presses Universitaires de France, p. 85-100, 2001.
- KERGOAT, Danièle. La division du travail entre les sexes. IN: KERGOAT, Jacques (Org.). **Le monde du travail.** Paris: Éditions La Découverte, 1998. p.319-327.
- KERGOAT, Danièle. **Se battre, disent-elles...** Paris: La Dispute, collection Le genre du monde, 2012.
- HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- OFFE, Claus. **Trabalho & Sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho.** Vol. I – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- PRIES, Ludger. Teoria Sociológica Del Mercado de Trabajo. In: DE LA GARZA, Enrique (Org.). **Tratado Latinoamericano de Sociologia del Trabajo.** México: El Colegio de México, 2003. p.511-539.
- VARGAS, Francisco E. B. Emprego e Desenvolvimento Regional: Contornos de uma questão social. **Revista da ABET.** v. XI nº 2, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, LTr Editora Ltda, p.93-111, jul/dez 2012.
- VARGAS, Francisco E. B. **Formas e Experiências de Privação de Trabalho no Brasil: A construção social do desemprego na perspectiva de uma sociologia das relações sociais.** Tese de Doutorado em Sociologia. Vol. 1. Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yvelines. Paris: 2008. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas>.